

O 25 de Abril, a Espanha e a história

Encarnación Lemus, *En Hamelin... La Transición Española más allá de la Frontera*, Oviedo, Septem Ediciones, 2001, 158 páginas.

Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa*, Lisboa, ICS, 2003, 209 páginas.

Lincoln Secco, *A Revolução dos Cravos*, São Paulo, Alameda, 2004, 294 páginas.

Três obras sobre a revolução portuguesa foram recentemente publicadas em Espanha, em Portugal e no Brasil. Trata-se de *En Hamelin... La Transición Española más allá de la Frontera*, de Encarnación Lemus, *O Poder Caiu na Rua*, de Diego Palacios Cerezales, e a *A Revolução dos Cravos*, de Lincoln Secco.

Em comum têm o facto de terem sido escritas por investigadores estrangeiros e de analisarem a revolução portuguesa, a sua importância na história do Portugal contemporâneo, mas também da Península Ibérica e do mundo no último quartel do século XX. Aos três investigadores, oriundos de campos distintos, une-os ainda a recusa do paradigma pós-moderno, que parecia dominar a história nos anos 90 e que levou a que a «investigação dos regimes ditatoriais e dos movimentos revolucionários, muito abundante nas décadas de 1960 e 1970, cedesse lugar a partir de então ao estudo da democracia e dos problemas que se colocam aos processos de transição e consolidação democrática»¹. Nestas obras, pelo contrário, a revolução é central na análise histórica.

Encarnación Lemus, professora titular de História Contemporânea da Universidade de Huelva, publicou em 2001 *En Hamelin... La Transición Española más allá de la Frontera*, seguindo uma linha de investigação que

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹ Manuel Redero, *La Transición Española, Cuadernos del Mundo Actual*, Madrid, História 16, 1994, n.º 72.

recupera o contexto internacional da década de 70 do século xx para a análise da transição espanhola para a democracia. A obra divide-se em dois capítulos: o primeiro, em que a autora analisa a transição espanhola como um processo marcado pelo consenso, «La transición del consenso» e um segundo capítulo dedicado à dimensão exterior da transição espanhola, nomeadamente a Portugal, ao Chile e aos EUA, «España entre Portugal y Chile».

Na primeira parte, dedicada à análise dos factores internos que levaram a uma transição reformista, a autora centra-se na polémica em torno dos protagonistas da transição (polémica que tem estado no centro dos debates sobre as transições em Portugal e Espanha e que também está presente na obra de Diego Palacios), defendendo que os actores da transição em Espanha foram os agentes sociais (sindicatos, partidos políticos e um amplo movimento associativo progressista), o medo, a amnésia, os meios de comunicação e os factores externos — estes últimos analisados no segundo capítulo.

Embora sem acrescentar nenhuma fonte inédita, Encarnación Lemus dá um contributo interessante para a interpretação da transição espanhola e fá-lo resgatando a ideia de que a transição «não era para ser assim», que a passagem pacífica de uma ditadura para uma democracia liberal não estava decidida *a priori*. Trata-se de uma linha de investigação que muitos agora seguem em Espanha, depois de longos anos em que as interpretações da transição espanhola serviram mais para legitimar as elites dirigentes do pós-franquismo do que para compreender a realidade espanhola entre 1974 e 1978.

Aquando da morte de Franco, a 20 de Novembro de 1975, o futuro era incerto, porque, defende Lemus, o socialismo não estava desacreditado como sistema; estava mesmo a ser tentado em Portugal; o governo republicano no exílio reclamava a legalidade; o PSOE e o PCE eram partidos republicanos; os imobilistas recusavam-se a ceder; os militares podiam intervir; o terrorismo etarra e dos GRAPO estava activo.

A transição espanhola foi possível devido a um tríplice consenso: social (Pactos da Moncloa), político (Constituição) e autonómico, com a LOAPA (Ley Orgánica para la Armonización del Proceso Autonómico). Embora considere que a transição foi «um exemplo acabado de reformismo», Lemus afasta-se das interpretações deterministas segundo as quais o desenvolvimento económico acarreta a democratização política (Lipset) ou que este desenvolvimento económico gera forças sociais que não se integram bem num regime autoritário (Preston) e também daqueles que, como Linz, Schmitter ou Huntington, analisam somente as elites, reforçando o papel individual dos dirigentes, uma análise que «es evidente que sustenta la invención de la legitimidad democrática de la Monarquía» (p. 39). A teoria das elites tem certamente a vantagem de realçar a liberdade individual, mas esquece o amplo campo social onde essas elites são formadas. Mas a autora também recusa a ideia, algo idealista segundo as suas palavras, de que um todo colectivo teria movido a sociedade espanhola na segunda metade da década de 70. Encarnación Lemus opta por uma análise assente na dinâmica sociedade/elites.

Assim, a protagonizar a transição esteve a imprensa, determinante para consolidar o papel de Juan Carlos (neste ponto Lemus claramente sobredimensiona o papel dos *media* na consolidação política da monarquia em detrimento, por exemplo, do papel jogado neste campo pelo PCE e pelo PSOE). Esteve também o movimento social, e a autora dá um grande destaque à conflitualidade social, salientando com bastante clareza que não se pode olhar com os olhos de uma sociedade despolitizada dos anos 90 para a sociedade espanhola de 1975, que se entendia como algo orgânico, dotada de vida própria e composta de colectivos com interesses (p. 53). Finalmente, o medo, um protagonista indiscutível: «Sobre la ciudadanía y la elite pesa igualmente la experiencia negativa de un precedente, la ausencia de entendimiento durante la etapa republicana y, sobretudo, el horror de la guerra civil» (p. 64). A gestão que se fez da memória da guerra civil jogou um papel central na transição, e este é um tema que a autora conhece bem, pois grande parte da sua obra foi dedicada ao estudo do exílio republicano nos EUA e à transição na Andaluzia.

Há, contudo, fragilidades na análise de Encarnación Lemus e algumas contradições que o carácter sintético da obra não ajuda a resolver. A autora afirma que a Espanha da transição é marcada por uma imensa conflitualidade social; que a tentativa de impor uma democracia limitada por Arias Navarro choca com a vontade da oposição, entretanto reunida na Coordinadora Democrática, mas depois afirma que o processo de negociação se dá entre ultras e reformistas porque a oposição não tinha força. Esta mesma oposição que será, para a autora, determinante na assinatura dos Pactos da Moncloa e que só depois de um bom resultado eleitoral é chamada a participar na elaboração da Constituição. Confusa, estamos em crer, porque a autora coloca num mesmo plano de análise, como se de um todo se tratasse, as mobilizações sociais e os dirigentes do PCE, PSOE, UGT e CCOO — nem sempre umas e outros coincidiram.

Na segunda parte da obra, Encarnación Lemus, que foi investigadora na Universidade do Michigan, analisa um riquíssimo acervo documental, o do *Committee on International Relations* (Michigan University), e olha para o outro grande protagonista da transição espanhola, o contexto internacional.

Tal como Huntington², Drake³, Ortuño⁴ ou Whitehead⁵, Encarnación Lemus acredita que a transição foi profundamente marcada pelo contexto

² Samuel Huntington, *La Tercera Ola. La Democratización a Finales del Siglo XX*, Barcelona, 1994.

³ P. W. Drake, «International factors in democratization», in *Working Paper 1994/61*, Centro de Estudios Sociales, Fundación Juan March, Barcelona, 1994.

⁴ P. Ortuño Anaya, «The Labour Party, the TUC and Spain, 1959-1977», in *Labour History Review*, vol. 64, n.º 3, Inverno de 1999, pp. 269-286.

⁵ L. Whitehead, «Democracy by convergence and Southern Europe: a comparative politics perspective» in G. Pridham (ed.), *Encouraging Democracy. The International Context of Regime Transition in Southern Europe*, Leicester University Press, 1991, pp. 45-61.

externo e assinala alguns momentos-chave cuja influência se repercutiu em Espanha: o 25 de Abril de 1974, a queda da ditadura dos coronéis na Grécia, a Conferência de Helsínquia, o isolamento da monarquia espanhola, a relação da Espanha com a NATO e a renegociação das bases norte-americanas em Espanha, o bloqueio da CEE, um movimento internacional de repulsa pela ditadura espanhola depois das execuções de Setembro de 1975 e o futuro do Sara Ocidental, que opunha Marrocos (na órbita americana) à Argélia (na órbita soviética). No meio disto tudo estava em causa na realidade «todo el entramado de la seguridad en el Mediterráneo occidental» (p. 80).

Da investigação aos relatórios do Comité de Relações Internacionais, a autora conclui que Portugal sempre teve maior interesse para a administração norte-americana do que a Espanha porque tinha passado por uma mudança de carácter revolucionário, era membro da NATO e se colocava a questão do futuro das bases dos Açores e que a transição espanhola não colocava directamente em causa a divisão internacional em dois blocos, factor que foi determinante para o sucesso deste tipo de transição. Esta é talvez a parte mais interessante, mas mais controversa, da obra da historiadora Encarnación Lemus. Na rica e vasta documentação que apresenta, a autora cita abundantemente relatórios dos especialistas de relações internacionais norte-americanos onde estes defendem o financiamento dos partidos moderados em Espanha, com destaque para o PSOE, e constantemente salientam as virtudes de uma liberalização moderada em Espanha, chegando mesmo alguns deles a criticar a política de Kissinger, que teria promovido para lá do necessário a ditadura franquista. A autora recorda mesmo, citando um antigo estudo de Story e Pollack⁶, «Spain's transition: domestic and external linkages», que Navarro é demitido depois da visita de Juan Carlos aos EUA. Faz também uma incursão sobre a política da CEE para a Espanha, recordando que a organização europeia tinha sempre convivido bem com as ditaduras que garantiam a defesa sul da Europa, mas a partir de 1974 promove de forma explícita a democratização em Espanha, usando como expedientes a Fundação Friedrich Ebert em Madrid para financiar o PSOE através do SPD alemão ou a recepção que o Parlamento Europeu fez à Junta Democrática ainda em 1974. Os factos são, portanto, de uma grande preocupação norte-americana com a evolução da política espanhola, pelo que a conclusão de que a Espanha não representava um perigo para o equilíbrio de forças internacional está certamente influenciada pelo facto de a documentação consultada pela autora começar em 1976, ou seja, depois do fim do período revolucionário português. Não seriam outras as conclusões se nos debruçássemos sobre a documentação em 1974 e 1975? Fica a interrogação.

⁶ J. Story e B. Pollack, «Spain's transition: domestic and external linkages», in G. Pridham (ed.), *Encouraging Democracy. The International Context of Regime Transition in Southern Europe*, Leicester University Press, 1991.

A parte do livro dedicada à revolução portuguesa é aquela que deixa mais dúvidas e algumas imprecisões históricas («Verão quente» aparece aqui como «Verão vermelho» e o «Documento dos Nove» como tendo sido publicado a 25 de Novembro de 1975, quando, na verdade, foi publicado no *Jornal Novo* a 8 de Agosto de 1975), certamente justificadas pelo facto de a autora não conhecer a língua portuguesa e os seus autores. Baseada sobretudo na coincidência cronológica, a autora defende que a transição ibérica corresponde a um processo único com duas fases: uma primeira, de ruptura, que se inicia em Portugal e impulsiona o reformismo em Espanha, e uma segunda, em que a transição pacífica em Espanha influencia o reformismo português, nomeadamente a devolução do poder militar ao poder civil consagrada na Constituição de 1982. Ambos os processos teriam culminado na adesão dos dois países à então CEE em 1986.

Finalmente, a última parte deste estudo analítico é dedicada à transição para a democracia no Chile. Segundo Encarnación Lemus, para que uma transição «da lei à lei» se faça com sucesso é necessária uma classe média moderada com peso; um Estado que possa sobreviver ao partido; uma economia perfeitamente integrada no modelo capitalista. Exige um contexto externo favorável à democracia e um projecto de futuro partilhado pela maioria. No Chile, o trauma do passado era demasiado forte para que a transição tivesse o sucesso da espanhola.

En Hamelin... é uma obra arriscada e difícil. Compara três países em dois continentes diferentes, sob a influência dos EUA, da URSS e da CEE. Mas é um excelente sintoma de como a historiografia se liberta das amarras nacionais e da prisão do indivíduo como factores explicativos da realidade no fim do século xx.

O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa 1974-1975 é a outra obra que aqui analisamos. Fruto da investigação de mestrado (ICS) de Diego Palacios Cerezales, actualmente professor de História de Espanha Contemporânea na Universidade Complutense de Madrid, onde também está a realizar o doutoramento sobre as políticas de ordem públicas em Portugal e Espanha na época contemporânea. Nesta obra, Diego Palacios procura compreender como é que numa sociedade politicamente pouco mobilizada como a portuguesa se generalizam, ou melhor, se criam condições para a generalização das mobilizações populares e a politização das relações sociais durante o «período revolucionário em curso» (PREC), centrando-se nas dinâmicas de crise de Estado, sobretudo na crise no seio das polícias e das forças armadas.

O livro mantém a estrutura da tese de mestrado. Tal facto não retira, porém, o mérito a uma obra que vem salientar os movimentos sociais como protagonistas do processo revolucionário, ajudando a que se quebre o mito de uma revolução conduzida apenas pelos militares (a ser assim, não seria

uma revolução). Ao salientar que aquilo que caracteriza o 25 de Abril como uma revolução é a generalização das mobilizações sociais, Diego Palacios contribui para clarificar o debate em torno dos sujeitos sociais e dos sujeitos políticos da história.

No primeiro capítulo, Diego Palacios apresenta as ferramentas teóricas com que vai trabalhar. O autor segue a linha de caracterização «materialista e organizacional» proposta por Michael Mann, em que «o Estado pode ser estudado analiticamente como uma rede de organizações que, ainda que estejam articuladas entre si, podem, potencialmente, dispor de uma autonomia estratégica relativa e — em determinadas circunstâncias — mobilizar-se de maneira disruptiva» (p. 35). Outro conceito essencial deste trabalho é a estrutura das oportunidades políticas como ferramenta explicativa «das condições que tornam possível a formação e difusão dos movimentos sociais» (pp. 40-41).

No segundo capítulo, o autor faz uma cronologia/descrição do PREC e defende desde logo a incapacidade de recomposição do Estado conduzida pela Junta de Salvação Nacional: «Contudo, enquanto se ia negociando uma arquitectura institucional provisória, as mobilizações iam modificando o cenário político, acelerando o processo e atribuindo-lhe novos significados» (p. 55). A crise do Estado perpetua-se pela recusa do MFA em ceder o poder. Mas é a quebra no isolamento social das forças armadas, ou seja, a sua confraternização aberta com as populações, que vai ser «o calcanhar de Aquiles» para a reorganização da capacidade coerciva do Estado. Outra oportunidade essencial para a mobilização esteve na paralisia policial, que começou com a supressão da polícia de choque, estigmatizada com o fascismo e «abandonada» pelos próprios partidos políticos e forças armadas: «Os colectivos mobilizados descobriram que podiam recorrer aos meios à sua disposição, sabendo, por experiência própria ou por observação de experiências alheias, da impunidade das suas acções» (p. 69).

O movimento de ocupações de casas, na sua «dimensão táctica» e «não estrutural», é objecto de estudo no terceiro capítulo. O autor analisa a evolução/justificação das ocupações de casas ao longo dos dezanove meses do PREC: de ocupações antifascistas a socialistas e, finalmente, revolucionárias. Defende que estas mobilizações não podem ser explicadas pela «cultura política» (Braga da Cruz), segundo a qual as mobilizações corresponderam à metáfora de uma panela de pressão à qual se tirou a tampa a 25 de Abril de 1974, o que permitiu libertar as tensões acumuladas — tampa essa que se teria fechado a 25 de Novembro de 1975, uma vez libertadas essas mesmas tensões: «Entre a ditadura e a democracia que se seguiu ao PREC há um elemento de continuidade fundamental, um Estado integrado, algo que não existiu durante os dois anos de processo revolucionário. A desmobilização não se deveu a uma dissipação das tensões, mas ao fecho da extraordinária estrutura das oportunidades que representou a crise de Estado» (p. 107).

A discussão em torno das manifestações na transição portuguesa ocupa o quarto capítulo deste livro. Aqui o autor defende que é a mobilização social que explica «a deriva do golpe do 25 de Abril numa crise de Estado» (p. 116); que o resultado eleitoral vai reduzir o grau de incerteza sobre a base social dos diversos projectos políticos — e que este facto foi fundamental; que esta «redução de incerteza» vai ser determinante no despertar das acções anticomunistas no Verão quente; finalmente, que estas mobilizações foram determinantes para que uma parte do aparelho militar, que não se tinha integrado no MFA nem nos sectores pró-Spínola, mas que era a favor da reconstrução da unidade das forças armadas, se mobilizasse no Verão quente num processo que terminará no 25 de Novembro. Não quer isto dizer, alerta o autor, que os militares não tenham feito o 25 de Novembro, mas as causas da sua actuação encontram-se na mobilização política entre Abril e Setembro de 1975. Em jeito de conclusão do capítulo, Palacios questiona-se, de forma muito interessante, por que é que estas não-elites, que se mantiveram apáticas durante o Estado Novo, se mobilizaram contra aquilo que pensavam ser o advento de uma nova ditadura e arrisca como explicação a ruptura do quotidiano das pessoas (o que assustava muitos); a crise económica, a perseguição religiosa e, finalmente, por que depois das eleições «a democracia poliárquica era uma alternativa real». A mobilização popular reactiva é essencial para o alinhamento das elites não comunistas. Embora não caiba num âmbito de um projecto de ciência política, certamente que estas dúvidas ficam com uma resposta deficiente, e esta é a nossa opinião, quando se coloca a questão entre elites e não-elites, democracia e ditadura, sem diferenciar as classes sociais ou fracções de classe que estavam em jogo, bem como o tipo de ditadura.

O quinto capítulo deste estudo refere-se exactamente a estas mobilizações anticomunistas no Verão quente, e cabe-nos destacar desde logo um trabalho de arquivo regional, pouco comum em Portugal mas muito enraizado em Espanha, a que o autor, como ele próprio afirma, foi obrigado devido à ausência de estudos que lhe permitissem levar o projecto avante. O que torna este capítulo aliciante é a reafirmação de que o Estado não foi durante o PREC uma unidade de acção homogénea, o Estado estava em crise, e é isso que reflecte o facto de os «gonçalvistas» não conseguirem travar as mobilizações anticomunistas a norte do Tejo, exactamente porque grande parte das unidades militares que poderiam travar as mobilizações tinham também elas uma orientação política, em grande medida, anticomunista.

O 25 de Novembro é o final da crise de Estado, «marca a passagem de uma conjuntura crítica a uma conjuntura integrada» (p. 177), momento em que se «fecham» as condições que possibilitaram as formas de acção colectiva que caracterizaram os dezanove meses do PREC. Na conclusão final, o autor analisa ainda a forma como se deu a reintegração institucional, os seus

avanços e recuos desde o Verão quente (em suma, como se fez retornar a disciplina e a hierarquia aos quartéis). Para que a acção de reintegração tivesse sucesso havia que fazê-la «protegida» pelo simbolismo de «defender as conquistas de Abril», ou seja, obrigar os adversários a actuarem de tal forma que eles teriam desencadeado o golpe de Estado, e isso foi feito com a bomba na Rádio Renascença, a substituição de Otelo como comandante da Região Militar de Lisboa, até que uma dessas provocações teve efeito no Regimento de Pára-Quedistas. Finalmente, o autor constata como «o 25 de Novembro, ao mesmo tempo que derrotou os adversários, permitiu a sua acomodação» (p. 181), lembrando, citando Schelling: «Se encontras um lobo, é melhor que não seja dentro de uma gruta em que lhe bloqueias todas as saídas.»

Se para Diego Palácios a crise de Estado abriu as portas à mobilização social, que em dias (horas) alterou o Portugal dos «brandos costumes» acarinhado por Salazar, Lincoln Secco, em *A Revolução dos Cravos*, procura na revolução portuguesa, de uma forma pessimista (até fatalista, arriscamos), as permanências sociais, económicas e mentais que não poderiam fazer uma revolução vitoriosa.

Lincoln Secco é historiador e doutorado pela Universidade de São Paulo, onde é professor de História. Entre os seus trabalhos contam-se *A Revolução Chinesa* e *Gramsci e o Brasil*. Apesar de reivindicar a obra teórica de Marx e Gramsci, é Braudel que está presente nesta obra, uma análise na longa duração da revolução portuguesa.

Longa duração que começa com o fim do império brasileiro e a procura de «novos Brasis» em África. A obra está dividida, de forma heterodoxa, em continentes: na parte I, o império/África; na parte II, a metrópole, Lisboa; na parte III, a Europa.

Na parte I do livro, «Uma conjuntura longa», o autor analisa a perda do império brasileiro e o início da construção do império africano contemporâneo, mas centra-se sobretudo nas mudanças históricas que ocorreram na metrópole. Secco é um defensor da tese polémica de que «o liberalismo luso será, na prática, uma curta experiência de desencontros e projectos malogrados, servindo para coroar regimes que, se não são iguais aos anteriores, pouco se parecem com os projectos originalmente sonhados» (p. 34.). Nota-se nesta parte do livro um grande conhecimento da obra da geração dos «Vencidos da Vida», de Antero a Eça de Queirós, indispensável mas insuficiente para compreender o Portugal do século XIX. Por isso, o fio condutor da obra é a caracterização de um país profundamente atrasado que não conheceu mudanças significativas na sua estrutura do Antigo Regime e que, portanto, quando se abre a porta da revolução, esta não tem por onde entrar porque esbarra numa sociedade camponesa e católica. Escrito de forma literária — o que nos recorda que se pode escrever história sem ser maçador/excessivamente descritivo —, este é um livro com muitas falhas. Lincoln

Secco ignora ou despreza as principais obras publicadas em Portugal sobre o século XIX, de Albert Silbert a Victor de Sá, de Miriam Halpern Pereira a Fátima Bonifácio, só para citar algumas das mais marcantes, que, embora ideologicamente muito distintas, nos dão um retrato de um Portugal que conheceu um movimento liberal dos mais fortes da Europa e, tal como a Espanha, foi dos pioneiros na luta contra a restauração borbónica; um Portugal que assiste definitivamente ao arranque industrial a partir do último quartel do século XIX; e, já no século XX, uma revolução republicana fortemente anticlerical e, finalmente, as mudanças económicas dos anos 60 do século XX que estão na origem da urbanização/industrialização que vai ser essencial na conjuntura revolucionária: não é por acaso que a luta anticomunista que Diego Palácios retrata no seu livro se dá no Norte de Portugal. Não quer isto dizer que o autor não aponte correctamente uma conjuntura propícia à contra-revolução, mas analisar o desfecho de Novembro de 1975 — ou de 22 de Julho de 1976, data da tomada de posse do I Governo Constitucional e que o autor usa para balizar o fim do processo revolucionário — pelo atraso do país parece-nos manifestamente exagerado.

Deve-se ter em conta que esta não é uma obra de investigação, mas antes uma nova abordagem da revolução portuguesa — como a etapa final do império —, que nos faz recuar sempre às características desse império — tipicamente colonial, segundo Lincoln Secco. A comprová-lo está o facto de se ter dado prevalência a uma administração de tipo militar nas colónias: «Entre os quinze últimos governadores do império ainda vivos, quase vinte anos após a revolução dos cravos, somente três eram civis» (p. 75).

Neste império as ideias ganham espaço. Para o autor, os próprios movimentos anticoloniais fazem parte de um quadro mental cujo nacionalismo não ultrapassa as reivindicações clássicas do nacionalismo oitocentista e do republicanismo. O socialismo, nas colónias e na metrópole, foi mais uma questão de oportunidade, pois não tinha enraizamento na «circulação de mercadorias e ideias». Mesmo na metrópole, o quadro mental opunha democratas a fascistas, democratas que não se distanciavam substancialmente uns dos outros: «Na oposição, o programa alternativo pouco ultrapassava o tradicional republicanismo [...] Mas será que a transposição de termos (republicanos por democratas) mudava a essência do programa que se chamou liberal primeiro e republicano em seguida, já lá no velho oitocentismo?» (pp. 96-97). Compreender a ligação entre os fenómenos históricos mundiais, interligá-los na interpretação das mudanças, encontrar termos de comparação na história que nos ajudem a explicar os acontecimentos, são tarefas essenciais do historiador. Mas reduzir a história a amplos fenómenos que no fim em nada se distinguem, como o autor faz, metendo no mesmo saco nacionalismo, republicanismo, oposição antifascista e democracia, é, a nosso ver, extremamente redutor.

Na parte II do livro, «Rupturas e rermanências», o autor analisa a revolução portuguesa — o MFA e as divisões no seu seio; os partidos políticos, com destaque para o PCP e o PS; o Verão quente e o fim da revolução — para concluir que o liberalismo e o republicanismo do século XIX precisaram do socialismo para vencer (p. 153); neste capítulo, destaque para a importância dada pelo autor a Lisboa, lugar central no espaço histórico português. De forma coerente com todo o livro, Lincoln Secco termina este capítulo afirmando que a «grande história se serviu e se desfez de seus agentes. É por isso que Braudel tinha o sentimento de que o indivíduo é um ‘prisoneiro de um destino sobre o qual pode influir’» (p. 178).

O livro termina com «Destinos colectivos», a Europa. Neste capítulo, o autor pergunta com pertinência «que lugar para a sua extremada faixa sudoeste reserva um continente cujo centro dinâmico está no seu Norte?» E a resposta é que Portugal se tornou uma espécie de colónia da Europa rica do Norte, aquilo que, na óptica do autor, sempre foi: «Mas em que isso mudou Portugal? Não era já o país uma quase colónia dos ingleses e, um pouco menos, franceses, alemães?» (p. 201). O capítulo sobre a Europa está de facto muito mal documentado e o autor arrisca algumas afirmações que carecem de verificação empírica: «O que os portugueses queriam ‘reencontrar’ era a Europa ocidental, liberal, capitalista e, de preferência, social-democrata» (p. 194). Ora os estudos recentes, entre eles os realizados por António Costa Pinto e Nuno S. Teixeira, sobre a adesão de Portugal à então CEE mostram que a adesão é um processo negociado entre as elites — em 1980 só 24,4% dos portugueses consideravam a adesão à CEE uma coisa boa. Este número será de mais de 70% na década de 90⁷.

A Revolução dos Cravos é um trabalho bem escrito (o que, reafirme-se, não é um elemento a desprezar!), com fontes curiosas a que normalmente os historiadores não dão atenção: selos, dicionários, produção literária, mas em que as fragilidades analíticas são demasiado evidentes.

O interesse crescente da historiografia pela revolução portuguesa é sintoma de uma nova geração que, agora que se estão a abrir os arquivos, recupera o estudo da revolução e descobre na última revolução de esquerda do século XX matéria para estudar não só Portugal, mas a influência que esta teve pelo menos na Península Ibérica e na Europa. Descobre-se também como o período revolucionário pode ser um laboratório para testar teorias históricas. Os próximos anos certamente irão trazer luz sobre o muito que ainda falta saber e teorizar: o papel do movimento operário na revolução; os partidos políticos e as suas ligações exteriores (sobretudo PS e PCP); a influência norte-americana, alemã e soviética no processo revolucionário; qual a relação entre a revolução e a adesão à CEE.

⁷ António Costa Pinto e Nuno S. Teixeira, *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Lisboa, ICS, 2005, p. 42.